



**MUNICÍPIO DE  
TERRAS DE BOURO**

**QUADRIÉNIO 2013/2017**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2016/02/26**

## **Ata da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016**

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro no ano de 2016, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro; -----**
- 2. Análise e conhecimento da Declaração a que se refere a alínea a) nº.1 artigo 15.º LCPA – Compromissos Plurianuais;-----**
- 3. Análise e conhecimento da Declaração a que se refere a alínea b) número um artigo décimo quinto da LCPA – Pagamentos em atraso; -----**
- 4. Análise e conhecimento da Declaração a que se refere a alínea b) número um artigo décimo quinto LCPA – Recebimentos em atraso; -----**
- 5. Análise e conhecimento da Proposta sobre a Prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----**
- 6. Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezasseis; --**

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme José Coelho Alves, tendo o senhor Vítor Fernandes assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Marinha Neves o lugar de segunda secretária.

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os vereadores Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado a falta justificada dos senhores deputados José Alberto Martins, da Coligação Juntos por Terras de Bouro (PSD/CDS-PP) e do senhor deputado Manuel Joaquim Pereira de Sousa, sendo estes substituídos nos termos da Lei e respetivamente, pelas senhoras deputadas Eva Maria Rodrigues de Sousa e Elisabete Maria da Silva Tomada. -----

----- Registaram-se igualmente as faltas dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Valdosende e Gondoriz. -----

----- Comprovada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando por dar as boas vindas a todos e em particular à estreia da deputada, hoje em regime de substituição, do Movimento Partido da Terra, senhora Elisabete Maria da Silva Tomada, fazendo votos de uma boa sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise das atas das duas sessões anteriores, a da sessão ordinária de vinte e sete de novembro e a da sessão extraordinária de vinte e três de dezembro.-----

----- A ata de vinte e sete de novembro mereceu a intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira que solicitou a correção do parágrafo da página oito, relativamente à referência que é feita sobre a informação dos técnicos da autarquia relativamente ao fornecimento de energia elétrica pelo Posto de Turismo local aos barcos da empresa NATURIO, em Rio Caldo e onde faltaria a informação, segundo o senhor deputado, avançada pelo Senhor Presidente da Câmara, de que o valor em causa é e cita-se “irrisório”. -----

----- Logo de seguida, colocada à votação, em primeiro lugar a ata de vinte e sete de novembro foi aprovada por maioria, com o voto contra do senhor deputado Manuel Cerqueira, da Coligação Juntos por Terras de Bouro (PSD/CDS-PP). -----

----- Já no que diz respeito à ata da sessão extraordinária de vinte e três de dezembro foi aprovada por unanimidade. -----

----- Após esta fase inicial, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se, então, para usar da palavra os seguintes deputados municipais e presidentes da junta de freguesia: deputada Elisabete Tomada, deputado Manuel Cerqueira, deputado Adriano Afonso e presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte. -----

----- Iniciou então a sua intervenção a senhora deputada Elisabete Tomada, do MPT, segundo documento que de seguida se transcreve na íntegra: -----

----- “*Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e membros da mesa*-----

*Senhor Presidente da Câmara, e Srs. Vereadores*-----

*Caros colegas Deputados Municipais,* -----

Caros cidadãos,-----  
É a primeira vez que participo nesta Assembleia Municipal querendo desde já manifestar-me honrada por estar aqui entre vós. Começo esta intervenção com um pedido de esclarecimento acerca do ponto de situação em relação à abertura dos dois Espaços do Cidadão, lançado a debate nesta Assembleia Municipal, a 13 de fevereiro de 2015. Mantém a previsão, referida na proposta em relação à localização dos referidos espaços, nas freguesias de Moimenta e Vilar da Veiga? Em finais de janeiro, um idoso morreu devido a um incêndio na sua habitação, na freguesia de Valdosende, aonde o Senhor Presidente chegou a estar no local a inteirar-se da situação. Gostaríamos de saber qual o papel que o município tem desempenhado na proteção dos idosos, através do Gabinete de Apoio Social, que possam prevenir situações de isolamento e solidão como estas, ainda que existam riscos que sejam difíceis de prevenir? Verificámos o mau estado em que se encontram alguns troços de estrada do nosso concelho, alguns dos quais estão assim há mais de 1 ano, nomeadamente as estradas municipais que atravessam as freguesias de Cibões/Brufe e Gondoriz, solicitando informação sobre as suas reparações Por fim, Sr. Presidente, residindo eu no único lugar deste concelho que é servido por estradas de terra batida, solicitava-lhe em nome das gentes daquele lugar, uma das duas soluções, ou a manutenção regular da estrada da Geira ou a pavimentação da estrada que liga a Gogide.”-----

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora deputada Elisabete Tomada, neste período.-----

----- Logo de seguida e após saudar todos os presentes, interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira para entregar à Mesa da Assembleia um abaixo-assinado para a construção de passeios nas bermas da (Estrada Nacional) EN-308 – 1 entra a Assureria e as Pontes de Rio Caldo. Sobre este mesmo tema, o senhor deputado Manuel Cerqueira solicitou igualmente e para a próxima sessão a apresentação da candidatura para este projeto. -----

----- De seguida assumiu a palavra o senhor deputado Adriano Afonso para se referir ao ecoponto instalado na freguesia da Balança e aos abusos que ali são cometidos e que transformam aquele local num autêntico pantanal, sem condições dignas de acesso. A verdade, sublinhou o senhor deputado, é que parece que cada um faz o que lhe apetece, falta fiscalização e respeito pelos cidadãos, pois há depósitos de madeireiros sem controlo nenhum. Ainda sobre o estado das vias, sublinhou o senhor deputado que urge arranjar os buracos que existem enquanto são pequenos, pois

depois de ficarem maiores é claramente mais difícil remediar a situação. -----

----- Posteriormente interveio o senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte que depois de saudar a Mesa e todos os presentes aludiu ao Encontro de Cantares de Natal e Reis do passado dia dezassete de janeiro para se lamentar pelo facto de no referido encontro e depois da atuação da Banda Musical de Carvalheira, os elementos da referida banda, praticamente todos, abandonaram o local sem sequer presenciar alguma atuação dos grupos que se seguiram. O senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte apenas quis deixar o seu registo de lamento por esta atitude. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou seguidamente a responder às questões e pedidos de esclarecimento dirigidos pelos deputados municipais que iniciaram este período de “antes da ordem do dia”. Para comentar a intervenção da senhora deputada Elisabete Tomada do *MPT* afirmou que, relativamente aos dois espaços do cidadão, não há evolução da situação uma vez que o atual governo ainda não deu início ao processo, mas mantém-se a intenção do executivo em permanência de tal se concretizar. No que diz respeito à proteção dos idosos no concelho e quanto ao que aconteceu em Valdosende, uma tragédia que se lamenta, o mesmo idoso estava sinalizado e apoiado pelas entidades competentes e não há situações de falta de acompanhamento social em Terras de Bouro. Aliás, frisou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, somos um concelho exemplar em termos de cobertura pelas *IPSS*’s. Relativamente à estrada Cibões/Brufe não está em péssimas condições como é referido e há outros casos piores onde a o município está a intervir. No caso da estrada de Santa Cruz, a câmara municipal está, neste momento, a realizar uma intervenção significativa com aplicação de um piso mais resistente e será destacado um cantoneiro que acompanhará frequentemente o estado da via. Trata-se de uma zona sensível, devido à localização da via romana - Geira, mas não há dúvida que está em curso uma melhoria significativa dessa via. -----

----- Sobre o abaixo-assinado apresentado pelo senhor deputado Manuel Cerqueira, a solicitar a construção de um passeio ao longo da estrada municipal entre as pontes de Rio Caldo e a Vila do Gerês, o Senhor Presidente informou mais uma vez que tal passeio será objeto de uma candidatura na aérea da mobilidade urbana. -----

----- Já sobre as palavras do senhor deputado Adriano Afonso, o assunto do ecoponto já foi alvo de conversa com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Balança e a pavimentação do local já está ser preparada. -----

----- Por último, neste período, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que

registou a intervenção do senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte, mas abstrai-se de efetuar qualquer comentário. -----

----- **Intervenção do Público.** -----

----- Neste período solicitou a palavra o senhor Daniel Antunes, de Vilar da Veiga, para abordar a colocação de luzes leds que tem sido efetuada em alguns locais do concelho e de como seria bom e importante que esta cobertura fosse alargada a todo o concelho. Sobre a temática da eletricidade, o senhor Daniel Antunes disse igualmente que seria também conveniente que a *EDP* assumisse os custos da passagem do material que atravessa os terrenos dos privados. -----

----- Logo de seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a palavra para responder à intervenção do senhor Daniel Antunes, afirmando que há a intenção de cobrir o maior número possível de locais no concelho com esta tecnologia de baixo consumo e para isso já se concretizou uma candidatura no valor de cento e quarenta mil euros. Neste momento no Gerês o processo ainda não está concluído e na sede do concelho está quase concluído. Através de uma contratualização com a CIM do Cávado, o Município dispõe de dois milhões e setecentos mil euros para aplicar em eficiência energética, não só em iluminação pública mas também em eventuais estruturas como edifícios públicos, informou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Por isso, estão criadas as condições financeiras para a colocação de iluminação led em praticamente todo o concelho, concluiu. O Senhor Presidente manifestou também a sua concordância quanto às compensações que a EDP deve pagar aos privados pela utilização das suas propriedades, como referiu o senhor Daniel Antunes. -----

----- Terminado este período, entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constam os seguintes pontos: -----

1. ----- **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;** -----
2. **Análise e conhecimento da Declaração a que se refere a alínea a) nº.1 artigo 15.º LCPA – Compromissos Plurianuais;**-----
3. **Análise e conhecimento da Declaração a que se refere a alínea b) número um artigo décimo quinto da LCPA – Pagamentos em atraso;** -----

4. **Análise e conhecimento da Declaração a que se refere a alínea b) número um artigo décimo quinto LCPA – Recebimentos em atraso; -----**
5. **Análise e conhecimento da Proposta sobre a Prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos;-----**
6. **Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezasseis; --  
-----**

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por comunicar o seguinte: está em curso a elaboração de projetos para reabilitação de edifícios escolares no concelho, trabalho a cargo do senhor Arquiteto Manuel Martins; o Município apresentou uma candidatura de um projeto transfronteiriço (*INTERREG*) para requalificação da vila termal do Gerês; foram efetuadas limpezas de vias na Balança e no Gerês devido ao mau tempo recente e ainda procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas após a última reunião deste órgão, nomeadamente no que diz respeito à Divisão de Planeamento e Urbanismo, a elaboração de projetos individuais e de apoio às juntas de freguesia além da emissão de licenças de utilização e construção. Já Sobre a Divisão de Obras Municipais, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se às diversas intervenções no âmbito da Proteção Civil para reposição das normais condições de serviço de vias municipais e espaços públicos afetados pelas intempéries recentes. O Senhor Presidente abordou ainda as seguintes atividades deste período: a visita do senhor Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge Ortiga, à Câmara Municipal; a *Moda em Movimento* na vila de Terras d e Bouro; a entrega de prendas de natal aos alunos dos jardins-de-infância e escolas do concelho; as várias atividades do Centro Municipal de Valências e do Projeto Envelhecer a Sorrir; a realização do *XVII Encontro Concelhio de Cantares de Natal e de Reis*; a realização do desfile de Carnaval e os Fins de Semana Gastronómicos a dezanove e vinte de março. -----

----- Ainda sobre a atividade do município, mas no campo financeiro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor da receita cobrada até dezanove de fevereiro, em operações orçamentais, era de um milhão, duzentos e noventa e sete mil e vinte e oito euros e noventa e nove cêntimos e o valor da despesa, também em operações orçamentais, efetuada até à mesma data, era de novecentos e vinte e oito mil, seiscentos e trinta euros e três cêntimos. -----

----- Sobre este ponto não aconteceu qualquer inscrição ou consideração por parte dos membros da assembleia municipal. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da ordem de trabalhos, *conhecimento da Declaração a que se refere a alínea a) nº.1 artigo 15.º LCPA – Compromissos Plurianuais*, o senhor Presidente da Câmara abordou o mesmo para dizer que existe a necessidade legal de dar conhecimento desta declaração à assembleia municipal nos termos da documentação/declaração que se apensa a esta ata e que consta dos documentos dados a conhecer aos senhores membros desta assembleia municipal.----

----- Sobre este segundo ponto não aconteceu qualquer inscrição ou consideração por parte dos membros da assembleia municipal. -----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, *conhecimento da Declaração a que se refere a alínea b) nº.1 artigo 15.º LCPA – Pagamentos em atraso*, o senhor Presidente da Câmara abordou o mesmo para dizer que existe também a necessidade legal de dar conhecimento desta declaração à assembleia municipal nos termos da documentação/declaração que se apensa a esta ata e que consta dos documentos dados a conhecer aos senhores membros desta assembleia municipal.----

----- Sobre este terceiro ponto não aconteceu qualquer inscrição ou consideração por parte dos membros da assembleia municipal. -----

----- Seguidamente e sobre o quarto ponto da ordem de trabalhos, *conhecimento da Declaração a que se refere a alínea b) nº.1 artigo 15.º LCPA – Recebimentos em atraso, de igual forma* o senhor Presidente da Câmara abordou o mesmo para dizer que existe a necessidade legal de dar conhecimento desta declaração à assembleia municipal nos termos da documentação/declaração que se apensa a esta ata e que consta dos documentos dados a conhecer aos senhores membros desta assembleia municipal.-----

----- Sobre este quarto ponto não aconteceu também qualquer inscrição ou consideração por parte dos membros da assembleia municipal. -----

----- Depois o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quinto ponto da ordem de trabalhos, *conhecimento da Proposta sobre a Prescrição de dívidas – Lei dos Serviços Públicos*. -----

----- Sobre este ponto o Senhor Presidente da Câmara começou por se referir ao excelente trabalho que tem sido feito pelos responsáveis da USUA, da UAGF e também pelo Gabinete Jurídico do Município na resolução deste problema de dívidas ao Município que resultam sobretudo do consumo de água da rede pública. Em dois

mil e quinze, as pessoas que tinha dívidas ao Município foram notificadas para as liquidar, sendo que uns pagaram e outros invocaram a prescrição, o que não é de todo moralmente aceitável, pois usufruíram dos serviços municipais e agora, invocando este mecanismo, recusam-se a pagar as suas dívidas. É a primeira vez, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara, que uma medida deste género e com esta determinação se concretiza em Terras de Bouro. Dos cento e quarenta e dois processos de recuperação de dívidas, apenas vinte e oito invocaram a sua prescrição, sendo o valor em causa de cerca de doze mil e oitocentos euros aproximadamente. Este processo visa, de uma vez por todas, consciencializar as pessoas para o pagamento dos serviços municipais e colocar ordem no consumo de água da rede municipal de uma vez por todas, reiterou o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre este ponto, interveio em primeiro lugar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta para lamentar e demonstrar a sua indignação perante o facto de pessoas que constam da proposta de prescrição de dívidas terem usufruído dos bens e serviços públicos e que podem pagar esses mesmos serviços e no entanto invocam a prescrição para não efetuar o pagamento. Alguns estabelecimentos comerciais do concelho, sobretudo da área de restauração e bebidas, constam da lista de devedores que invocaram a prescrição das suas dívidas pelo consumo de água. Face a esta situação, pergunta o senhor Presidente da Junta, como seria se os clientes desses estabelecimentos fizessem o mesmo e não pagassem as suas dívidas, alegando a sua prescrição? Existem também na lista de devedores empresas e pessoas que trabalham para o Município, a quem o Município paga religiosamente os seus serviços e agora não têm qualquer pudor de invocarem a prescrição das suas dívidas pelo consumo de água. É realmente lamentável e incompreensível toda esta situação e tudo deve ser feito por parte do órgão executivo municipal para obrigar os devedores a pagarem as suas dívidas, concluiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte para também considerar lamentável esta atitude de solicitação de prescrição de uma dívida com estas características. Na verdade, continuou o senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte, o pagamento dos consumos de água contribui para o uso racional da água, caso contrário, se não se pagar, o consumo de água da rede pública para muitas pessoas seria um exagero. Comentou também qual seria a reação dos comerciantes que não pagam ao Município se os seus clientes fizessem o mesmo que eles agora fazem. Também é um facto,

sublinhou o senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte, que deverá existir um maior controle de leitura dos contadores da água, pois existem valores muito desfasados em função da época do ano e os valores deveriam estar mais próximos do consumo real para pagamento, o que nem sempre acontece. Ainda sobre a lista da prescrição de dívidas, o senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte afirmou que a mesma tem de ser tornada pública para que todos os munícipes saibam quem cumpre e quem não cumpre as suas obrigações sociais. --

----- A respeito das leituras dos contadores da água, o Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para informar que o Município não tem capacidade para realizar leituras mensais e apelou aos consumidores que forneçam aos serviços municipais a leitura do contador da água através do telefone, pois essa simples medida evitará situações de desequilíbrios na faturação que acontecem em função dos valores cobrados por estimativa ou acertos anuais que fazem aumentar o montante das faturas. -----

----- Sobre este assunto, o Senhor Presidente solicitou a intervenção do Dr. Paulo Antunes, Chefe de Divisão da UAGF do Município, presente na sala, para informar que está a ser criada uma fatura virtual e outros serviços no *site* do município que facilitarão a liquidação dos mesmos. -----

----- Posteriormente interveio o senhor deputado Adriano Afonso que começou por dizer que subscrevia as intervenções anteriores sobre este tema e que a situação é, realmente, repugnante. A água e tudo o que envolve este serviço, sublinhou o senhor deputado, deve ser tratada numa lógica de maior proximidade e controle por parte do município. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado João Luís Esteves que sobre o quinto ponto da ordem de trabalhos colocou a questão de como é possível permitir que uma dívida possa prescrever, o próprio tem uma empresa e não deixa que tal aconteça. Mais questionou há quanto tempo esta situação se arrasta sem nada se fazer e como foi possível chegar a este ponto, sabendo-se que o Presidente da Câmara tinha sido alertado várias vezes para esta situação, concluiu. -----

----- A intervenção seguinte sobre esta matéria pertenceu à senhora deputada Elisabete Tomada do MPT, nos moldes da transcrição que de seguida se apresenta na íntegra: -----

----- *“Em relação aos pontos 4 e 5 da ordem de trabalhos, consideramos fazer uma análise conjunta por se tratar do mesmo tema. Tema esse já abordado pelo MPT*

*nesta Assembleia, em 28 de fevereiro de 2014, quando foi realizada a votação da Proposta de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Município de Terras de Bouro. Discussão essa, que originou a proposta do MPT para a criação de uma comissão de inquérito; na altura da votação, o Sr. Presidente disse ao meu colega deputado Manuel Sousa, “que era o que mais faltava a Assembleia fiscalizar a contabilidade do Executivo”. Por sucessivas vezes, o meu colega Manuel Sousa, alertou V. Ex.ª para o problema da prescrição das taxas cobradas pelo consumo de água que têm um carácter especial, pelo facto de se tratar de um bem essencial ao qual não é desejável que exista acumulação de dívida, a ponto do legislador estabelecer em 6 meses (n.º 1, do art. 10.º da Lei n.º 23/96, de 26/07) o prazo para que seja realizada a cobrança das taxas devidas aos consumidores. Ou seja, desde 1996 que o prazo prescricional das dívidas às autarquias locais, por taxas de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos é de 6 meses. Inicialmente o Senhor Presidente não reconheceu a existência deste pormenor e assumiu que o prazo seria de 8 anos, após a emissão de fatura, para a prescrição – como o confirma num dos documentos que nos envia em relação ao ponto quinto da Ordem de trabalhos. O que estranho. A este respeito juntaremos um parecer do Provedor de Justiça e 2 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, colhidos gratuitamente nos portais da internet destas entidades. Depois do nosso alerta, o Senhor Presidente da Câmara entregou uma folha na reunião de Setembro de 2014, a informar do sucesso da recuperação de pagamentos em falta por parte de munícipes, indicando que não estava a ser invocado o pedido de prescrição. Certamente o Senhor Presidente lembrará do dia em que, na votação da nossa proposta de criação da comissão de inquérito, acusou o executivo PSD de arrumar as “cartas para um canto” e que, por isso, herdava um elevado montante de dívidas por desleixo do executivo do Dr. Afonso. Alertámos também para a necessidade do Município criar mecanismos de cobrança eficazes, de forma a evitar a prescrição de dívidas no futuro, como a emissão de certidões de dívida ou mesmo execuções fiscais das mesmas. Desde 28 de fevereiro de 2014, alertado que foi por parte do MPT para esta situação, quantas execuções ou certidões de dívida foram emitidas? Desde o alerta do MPT para a prescrição destas dívidas, eis que recebemos uma lista com centenas de pagamentos em atraso, desde 2011. Por que razão continua esta situação a acontecer? Está o senhor a fazer o mesmo que a acusação que lançou ao anterior executivo? Pode o Senhor Presidente da Câmara acusar, nesta Assembleia, que os munícipes estão a agir de má-fé por não pagarem os serviços que*

*foram prestados, mas o executivo manifesta inércia em relação ao assunto e deixa simplesmente que as dívidas continuem a acumular. Com que finalidade? Por que razão? O MPT defende que os munícipes paguem o serviço que lhes é prestado, até porque as tarifas de água e saneamento em Terras de Bouro são as mais baixas do país. Porém, não aceitamos que as dívidas se acumulem sem que nada seja feito, a ponto de se perder a razão no momento de denunciar a lista de devedores. A dívida por nós apurada nas listagens que enviou aos deputados municipais, incluindo juros moratórios à taxa legal de 5% (em 2012 era de 7%) rondará, até somente 2014, os 170 mil euros, estando toda ela prescrita. A pergunta que se coloca é esta: quem é o responsável por isto? Lembro aos meus estimados colegas o seguinte: a dívida por este tipo de serviço, cujo prazo de pagamento voluntário é de 6 meses, como já foi referido, interrompe ou deixa de ter este prazo, se o Presidente da Câmara Municipal ou quem tenha esta tarefa delegada, levantar auto de notícia e citar legalmente o devedor. Instaurando processo de execução fiscal, o prazo de prescrição passará a ser de 8 anos, e a partir daí o Município tinha mais tempo para pressionar os devedores e obter, inclusivamente, mais receitas. Isto foi realizado? Não, quem é o responsável por isso? Nós afirmámos: o responsável é o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Muito obrigado.” -----*

----- Fim da transcrição e intervenção da senhora deputada Elisabete Tomada do MPT.

----- Posteriormente interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal porque é que se demorou cinco anos para enfrentar este problema, porquê tanto tempo e quem é o responsável, indagou. -----

----- Estas últimas intervenções foram alvo de resposta ou esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal que afirmou que o executivo em permanência está a fazer tudo o que pode para resolver uma situação antiga e que nos últimos trinta anos é a primeira vez que tal acontece, por isso não concorda que se diga que não se faz nada quanto às dívidas ao Município. Bem sabe que alguns deputados municipais debitam o que lhes é dito e escrito por terceiros, que estão fora dos problemas e desconhecem o que está a ser feito para os resolver. Mais disse que os serviços municipais competentes para a recuperação de dívidas estão a agir judicialmente e têm em curso dezenas de processos neste âmbito. O Senhor Presidente estranha a preocupação evidenciada por alguns deputados municipais com a prescrição de menos de treze mil euros de dívidas e que não manifestam a sua

preocupação com as centenas de milhares de euros perdidos até ao final do ano de dois mil e nove, altura em que assumiu o cargo de Presidente da Câmara. -----

----- Neste período, o senhor vereador Dr. António Afonso solicitou a palavra, que foi concedida, para afirmar que o Senhor Presidente da Câmara Municipal usa uma linguagem demagógica quando se refere a esta matéria, pois terá que provar que os anteriores executivos perdoaram centenas de milhares de euros e, aliás, o atual vice-presidente da câmara também é o responsável por essa situação de dívidas do passado quanto ao consumo de água, uma vez que tinha competências delegadas nessa matéria. -----

----- Sobre esta intervenção do senhor vereador, o senhor presidente da câmara voltou a assumir a palavra para sublinhar que assume as suas responsabilidades e não as arremessa para os seus vereadores e colaboradores. Quanto ao montante das dívidas do passado, irá solicitar aos serviços competentes que apurem esses valores entre dois mil e um e dois mil e nove e depois se verá se a linguagem por si utilizada é demagógica e infundada, tendo desde logo solicitado ao Dr. Paulo Antunes, dirigente da UAGF, presente na sala, para tratar deste assunto. -----

----- O Dr. Paulo Antunes, dirigente da UAGF do Município, solicitou o uso da palavra, que lhe foi concedido, para informar que não será uma tarefa fácil, senão mesmo impossível, apresentar os montantes das dívidas ao Município nesse período já que o sistema de pagamento de água não era na altura informatizado e que assim será impossível apurar o valor que ficou por cobrar. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Filipe Mota Pires que depois dos cumprimentos iniciais afirmou que a lista dos devedores apresenta nomes e situações imorais e que não honram ninguém. O excelente trabalho efetuado pela unidade orgânica do município que tutela o consumo de água, sublinhou, com notificações dirigidas às pessoas devedoras é que irá permitir reaver o dinheiro a que o município tem direito. Anteriormente, continuou o senhor deputado Filipe Mota Pires, até parece que tudo funcionava bem e que havia equidade nestas situações e agora que este um executivo que procura resolver o problema está tudo mal, sublinhou. Quantas cobranças e medidas deste género foram feitas até dois mil e nove e existiria até então justiça na cobrança do serviço, perguntou o senhor deputado. Pelo que se sabe, a resposta é negativa. Agora estão em curso execuções fiscais e um controle mais apertado das dívidas ao município, mas tudo parece estar mal para alguns. Que montantes se terão perdido pelo caminho até dois mil e nove? – perguntou. Todos

gostávamos de saber. O senhor deputado terminou a sua intervenção dizendo não lhe parecer delicada a referência ao Dr. Luís Teixeira quando este não está presente. -----

----- Ainda nesta fase interveio também o senhor deputado Alexandre Pereira que depois de cumprimentar a Mesa e todos os presentes afirmou sobre o assunto "água" que não deveria existir atraso na leitura das mesmas como sucede algumas vezes e que depois origina situações de pagamento desfasadas. No seu caso e como cliente industrial já tem passado por situações complicadas porque o atual sistema não é, realmente, o melhor. A alteração que por vezes se dá de passagem de escalão não reflete os consumos no tempo do que realmente aconteceu, solicitando uma revisão deste sistema de controlo de consumo da água. -----

----- O senhor deputado João Luís Esteves pediu logo depois a palavra para dizer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que pensa pela sua cabeça e que está na política porque gosta e não porque lhe disseram para estar, como acontece com alguns políticos. Sobre a intervenção do senhor deputado Filipe Mota Pires, concorda com o sugerido sobre as dívidas do passado, mas tendo acrescentado: "*vamos ver todos juntos os valores das dívidas de água até 2009.*" -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para apresentar desculpas por algum excesso verbal que, infelizmente, por vezes caracteriza o seu debate político. -----

----- Ainda sobre esta situação, o senhor deputado Manuel Cerqueira questionou se as dívidas só se referem à água ou dizem também respeito a alugueres e outras situações. Há inclusive sete mil euros que dizem respeito a quê, perguntou o senhor deputado, que solicitou também dados mais concretos na próxima reunião. -----

----- O senhor presidente da câmara informou que as dívidas ao município agora apresentadas dizem respeito a todas as situações de dívida. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta que fez questão de reconhecer e elogiar a presença nesta reunião do Dr. Paulo Antunes, dirigente da UAGF, que prestou os devidos esclarecimentos sobre algumas dúvidas ou situações apresentadas. -----

----- A última intervenção sobre este ponto foi da autoria do senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que as dívidas ao Município se trata de uma assunto que se arrastava há demasiados anos e que originava situações injustas e que agora, finalmente, parece estar a ser resolvido. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração o ponto cinco da ordem de trabalhos, tendo sido deliberado, por unanimidade, concordar com a presente proposta.-----

----- Seguidamente foi exposto o sexto ponto da ordem de trabalhos, “Primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2016”, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal justificado esta primeira revisão ao orçamento com a aprovação de uma candidatura em regime de *overbooking*, no valor de cerca de trezentos e vinte e seis mil euros, apresentada pelo Município ao POVT por obras realizadas nas redes de água e saneamento básico. Este montante será distribuído no orçamento municipal da seguinte forma: reposição dos salários dos funcionários: vinte e cinco mil euros; bens patrimoniais, históricos e culturais: quarenta mil euros; proteção civil: vinte e nove euros; ação social: cinquenta mil euros; apoio à requalificação de imóveis: vinte mil euros e, por último, cento e vinte e seis mil euros para as juntas de freguesia.-----

----- Aberto o período de inscrições, registou-se a intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira para referir a ausência nos documentos da despesa com as prendas de natal. Este ano não houve bolo-rei para os funcionários municipais, como prometeu o Presidente da Câmara o ano passado, comentou o senhor deputado. -----

----- Sobre as prendas de natal, o Senhor Presidente informou logo de seguida que este ano o executivo em permanência decidiu dar prendas apenas às crianças das escolas e jardins-de-infância do concelho e não aos funcionários municipais. -----

----- O senhor deputado Manuel Cerqueira retorquiu de imediato, afirmando que “foi mais uma promessa do Senhor Presidente que ficou por cumprir”, tendo de seguida apresentado à Mesa da Assembleia, por escrito, a sua renúncia ao cargo de membro da Comissão Municipal de Turismo.-----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos, que foi aprovado por maioria com o voto contra do senhor deputado da Coligação juntos por Terras de Bouro, senhor Manuel Cerqueira.--

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme ALVES

---

O Secretário da Assembleia Municipal



---